

**Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência  
PIBID/USP - O subprojeto História – 2015**

**COORDENADORA:** ANTONIA TERRA CALAZANS FERNANDES **SUPERVISORES:** EVA APARECIDA DOS SANTOS; MARTINILIANO SOUZA SILVA; RENATA PELLAES CORREA  
**BOLSISTAS:** BEATRIZ ALVES BIGOTO; BRUNA OLIVEIRA DA SILVA; CAROLINE PASSARINI SOUSA; DÉBORA SANTOS DE ALENCAR; GABRIELE DE NOVAES SANTOS; JACKELINE KANARSKI BRAZ DA SILVA; LEONARDO AROUCA PORFIRIO DA SILVA; MARIANA RODRIGUES CANTUARIA; MATEUS ALMEIDA DE BARROS; PAULO SÉRGIO MOREIRA DE CARVALHO; RAPHAEL LEON DE VASCONCELOS; RICARDO DA SILVA SOARES; RUBENS BALDINI NETO; THAÍS GONÇALVES; VICTOR DOUTEL PASTORE.

## NARRATIVAS DIDÁTICAS DE HISTÓRIA DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS

O presente trabalho se pauta nas histórias de mulheres comuns e de sua participação no espaço público. A finalidade é visualizar como elas construíram suas trajetórias, através de suas relações com outros agentes históricos, num determinado contexto e local do Brasil dos séculos XVIII e XIX.

A proposta é estudar narrativas de histórias de mulheres negras, como recurso a ser trabalhado em sala de aula, com foco em vivências específicas. Por meio da redução da escala (micro-história), há a crença de que é possível situar os agentes sociais no contexto em que a escravidão vigorou legalmente e, ao mesmo tempo, realizar uma abordagem que evidencie o protagonismo das mulheres, exibindo suas resistências cotidianas em um mundo que tentava sufocar sua liberdade.

Assim, a partir do embasamento teórico da micro-história, as narrativas aqui apresentadas intencionam aprofundar estudos de biografias de mulheres negras livres, forras ou na condição de escravizadas, para oferecer uma outra perspectiva para o ensino: estudar histórias até então invisíveis. E contribuir para revelar histórias de indivíduos que refletiram e refutaram crenças, conviveram e transgrediram valores simbólicos e culturais, que eram comungados no interior de grupos e sociedades históricas.

A relevância dessa proposta está na busca pelo que há de singular em cada história de vida das biografadas, e também aspectos comuns entre elas, em meio a diferentes trajetórias. A ideia é que as biografias possibilitem tanto estudos dos momentos históricos em que as mulheres viveram, expondo seus papéis sociais, como também apresentem suas agências individuais.

Um referencial importante da perspectiva teórico-metodológica para as narrativas biográficas elaboradas é o trabalho de Le Goff (1999). Segundo esse historiador, a partir do estudo de biografias é possível ter uma visão mais complexa da História, partindo da premissa de que os atores biografados tanto assimilam quanto resistem socialmente. Sendo assim, tanto é importante biografar personalidades que “defendem” os paradigmas vigentes, quanto as que questionam, subvertendo a ordem imposta.

Na perspectiva do ensino de História, a escolha dessa abordagem tem por meta o estabelecimento de uma aproximação entre os (as) estudantes e o conteúdo abordado, por serem histórias de dimensões cotidianas e por narrarem vivências pessoais que demonstram como conjunturas e estruturas históricas estão institucionalizadas e se materializam no dia-a-dia das pessoas comuns. Além disso, as narrativas, aqui apresentadas, fazem referência às fontes documentais consultadas. E, com essa preocupação, procura promover também o debate a respeito do corpo documental em que se baseia cada biografia, com o intuito de instigar reflexões a respeito da escrita da História e dos contextos e agentes envolvidos na produção e preservação de documentos, fundamentais para o estudo do passado.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero In: (Ed.). *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editores, 2003b.
- DIAS, Maria Odila. Escravas: Resistir e sobreviver. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 360-379.
- LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Págs. 133-162. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

- LINS, Alvaro. Teoria literária: Poesia, romance, teatro, biografia, crítica. São Paulo: Ed. Ouro, 1967.
- NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras: Protagonismo ignorado. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 382-406.
- SHARP, Jin. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Págs. 133-162. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- SCOTT, Joan. A História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Págs. 133-162. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

## ATIVIDADE – BIOGRAFIAS DE MULHERES

### 1ª. oficina:

- Leitura compartilhada de uma biografia. Debater a biografia a partir de algumas questões.
  - Sugestões:
    - Em que época essa história acontece?
    - Em qual local?
    - Uma história como essa pode ter sido frequente naquela época? Ou era um caso raro?
    - Essa história poderia acontecer hoje em dia? Por que?
    - Como era a vida em sociedade naquela época?
    - Como as pessoas pensavam naquela época?
    - Como ficamos sabendo a respeito dessas histórias?
    - A biografia de mulheres comuns contribui para o estudo da história? Como?
    - Quais objetos materiais aparecem na história? Eles são importantes para a história? Por quê?
- Dividir a sala em grupos.
- Preparar uma ficha com as perguntas norteadoras (ficha 1).
- Colocar o crafty sistematizado e o mapa mundi na lousa.
- Cada grupo contará sobre a história que leu e irá na lousa preencher o crafty e o mapa.
- A partir disso, sistematizar e discutir as semelhanças dessas mulheres e seus respectivos contextos.
- Possibilidades para continuidade:
  - Pedir para cada aluno entrevistar uma mulher sobre sua história de vida.
  - Montar um kit de objetos relacionados às histórias dessas mulheres biografadas, em especial da Delindra.

### 2ª. oficina

#### Atividade com documento - *Mapas populacionais e planta da cidade de SP*

- Todos os alunos com texto, mapa populacional e planta da cidade.
- Leitura compartilhada de uma biografia – Henriqueta ou Delindra.
- Pontuar e enfatizar que a história da Delindra não é inventada.
- Fazer algumas perguntas norteadoras aos alunos – Você sabe o que é um documento? /Como a gente descobriu isso (a história)? /A partir do que a narrativa foi escrita?
- Apresentar o documento e explicar as informações e legendas, sempre questionando os alunos para saber se descobrem o significado das palavras e os registros no mapa populacional e na planta da cidade.
- Ir sistematizando as informações do documento e deixar as informações na lousa.
- Pedir aos alunos que construam suas narrativas escolhendo uma pessoa do mapa populacional e auxiliá-los nisso.
- Fazer uma pergunta sobre o protagonismo dessas mulheres.
- Perguntar a eles o que aprenderam e como foi a experiência da oficina.

## Ficha 1 - GRUPO \_\_\_\_\_,

NOME DA BIOGRAFADA	
ÉPOCA	
LOCAL / REGIÃO	
PROFISSÃO	
O QUE ACONTECE	
NESSA ÉPOCA ERA COMUM ACONTENCER ESSE TIPO DE COISA? POR QUÊ?	
VOCÊS JÁ VIRAM HISTÓRIAS COMO ESSA NOS LIVROS DIDÁTICOS?	
*QUAL IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA DESSAS MULHERES PARA ENTENDER A HISTÓRIA DO BRASIL ?	
O QUE ESSAS HISTÓRIAS TÊM EM COMUM?	
NO QUE ELAS SÃO DIFERENTES? ESCREVA AO MENOS UM ASPECTO DE DIFERENCIAÇÃO.	

## Biografias de Mulheres

### HISTÓRIA DE HENRIQUETA MARIA DA CONCEIÇÃO

Henriqueta Maria da Conceição (Costa da Mina – Salvador - Rio de Janeiro)

Arrancada ainda jovem de sua localidade natal, e embarcada na Costa da Mina (África), Henriqueta foi trazida como escrava para Bahia no início do século XIX. Especificamente na freguesia de Nossa Senhora do Pilar em Salvador, ela vivenciou a realidade diversificada da zona portuária e do mercado, da Cidade Baixa, zona completamente urbanizada, populosa e barulhenta. Nesta freguesia, a confusão do comércio e os prósperos comerciantes portugueses se misturavam com trabalhadores de uma fábrica de sabão, pescadores que vendiam suas pescas frescas, um tabelião, um farmacêutico, joalheiros, um advogado, um tipógrafo, comerciantes de escravos e curtidores de couro.

O mais provável é que Henriqueta trabalhasse como doméstica em uma residência. Talvez vendesse comida na rua, comprando frutas e/ou vegetais numa feira perto do cais, onde produtos trazidos de outras regiões da Bahia eram descarregados. Foi nesse contexto que conheceu aquele que seria seu futuro marido, o também escravizado Rufino Maria Baleta, de origem Mina.

Não se sabe ao certo o porquê, mas Henriqueta foi vendida para o Rio de Janeiro, na década de 1830 para Roza Maria de Jesus. No Rio, trabalhava como *quitandeira*, vendendo produtos agrícolas, sobretudo frutas frescas, nas ruas da freguesia de Santa Rita (perto do porto), na rua Direita ou no Largo do Rosário. Nesta época, tal trabalho era muito árduo e ela concorria com vários outros comerciantes, homens e mulheres negras (libertos e escravizados), brasileiros e africanos. Com esse trabalho, Henriqueta conseguiu a quantia de um conto e trezentos mil réis para comprar sua *alforria* em 1853. A senhora Roza Maria de Jesus, mesmo sendo analfabeta, entendeu a importância do papel que entregava a Henriqueta e ditou ao escrivão: “E para sua clareza e para que possa apresentar aonde lhe convier, passo a presente carta de Liberdade”<sup>1</sup>.

Após comprar sua Liberdade, Henriqueta seguiu vendendo produtos agrícolas de porta em porta. Em vez de alugar uma barraca fixa, ela percorria as ruas centrais do Rio de Janeiro com uma cesta larga equilibrada na cabeça. Para isso a câmara municipal exigia uma licença. Henriqueta trabalhou para juntar dinheiro suficiente para comprar, em 1854, a liberdade também de seu namorado Rufino.

A vida conjugal, porém, não foi como Henriqueta imaginou e um ano e meio depois de casada, em junho de 1856, ela pediu a separação eclesiástica do casamento. Alegou que seu esposo lhe causava muitas violências físicas (confirmado por testemunhas que declaram que ter visto “seu rosto todo ensanguentado” e corpo “ferido”). Além disso, Henriqueta se queixava que Rufino havia contraído muitas dívidas, já que os dois viviam de revender produtos comprados a crédito dos fornecedores (pescadores no caso de Rufino e pequenos produtores agrícolas no caso de Henriqueta). Assim, além de tentar se afastar das agressões físicas causadas por Rufino, Henriqueta também tentava manter sua reputação de boa pagadora “na praça”, já que dessa reputação dependia seu sustento.

Após conseguir a separação concedida pela Igreja, Henriqueta adentrou em uma longa batalha judicial para conseguir a anulação de seu casamento no tribunal civil. E foi dessa batalha judicial que foi possível extrair boa parte das informações sobre ela. Henriqueta conquistou sua segunda liberdade com o divórcio civil em 1861 e deixou de ser responsável pelas dívidas de Rufino. Conseguiu, inclusive, estabelecer duas barracas com um alvará da municipalidade no Largo do Rosário. Henriqueta foi um dos muitos exemplos de mulheres negras que lutou para sair da condição de escrava e conquistar seu espaço em uma terra marcada pelo escravismo.

Bibliografia: Giovana Xavier; Juliana Barreto de Farias; Flávio Gomes. (Org.). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação*. 1 ed. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2012.

<sup>1</sup>Carta de Liberdade que dá Roza Maria de Jesus á Henriqueta, 21 Julho 1853, 2o Ofício de Notas, Rio de Janeiro, Registro Geral, Livro 86 (03/05/1853-14/01/1854), AN-RJ, fl. 92v. IN: Giovana Xavier; Juliana Barreto de Farias; Flávio Gomes. (Org.). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação*. 1 ed. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2012.

## HISTÓRIA DE CAETANA

(Caetana Diz Não! - São Paulo – Rio Claro)

Em 1836, em uma fazenda de Rio Claro, no interior de São Paulo, Caetana foi uma escravizada **crioula** e doméstica que fazia os serviços de **mucama**. Estava, assim, presente na rotina e intimidade da família do seu escravizador, o Capitão Mariano de Tolosa.

Por estar na condição de escrava, seu escravizador e o Tio de Caetana, obrigaram-na a casar com outro escravizado chamado Custódio. Mas, embora tenha sido obrigada a casar, Caetana recusou-se a consolidar o matrimônio e exigiu de seu escravizador e de seu tio que anulassem o casamento. Indignados com sua postura, eles não deram atenção ao pedido, já que naquela época os homens consideravam um absurdo uma mulher pedir a anulação de um casamento! Caetana não estava só questionando a sua condição de escrava ao dizer não ao casamento – disse não para o senhor, não para o tio, não para Custódio. Para ela uma das “visões de liberdade” era o direito de permanecer solteira.

Caetana resistiu ao casamento até que conseguiu convencer o Capitão a anular o matrimônio, mesmo a contragosto. Para isso, ele teve que solicitar formalmente (por meio de uma **petição eclesiástica**) o cancelamento daquele casamento. O processo se arrastou por anos. Mas, ela conseguiu o que almejava.

Hoje, conhecemos essa história porque a resistência de Caetana foi registrada nos arquivos da igreja.

**Bibliografia:** GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

## HISTÓRIA DE JOANA

(Joana da Silva Machado – Costa da Mina – Minas – Recife)

Você sabe o que é um tropeiro? É um tipo de comerciante que circulava pelo Brasil conduzindo e comercializando animais de carga como mulas e cavalos. Eles também comercializavam alimentos e outros objetos. Esse tipo de comércio foi responsável pelo abastecimento da região de Minas Gerais no período da exploração do ouro. Tal atividade pode ser facilmente imaginada como algo masculino, mas muitas mulheres, conhecidas como mulheres de caminho, também exerceram essa profissão. Em nossa história, contada pelo historiador Eduardo França Paiva, é possível conhecer uma mulher tropeira que viveu na primeira metade do século XVIII.

Joana da Silva Machado era o nome cristão de nossa personagem. Ela foi trazida da Costa da Mina, uma região do norte da África Ocidental (atual Benim e Guiné). Seu nome provavelmente originou-se da família de seus antigos escravizadores, porque esse costume era comum de ser seguido pelos libertos da época.

Você sabe o que é um testamento? É um tipo de documento no qual uma pessoa pode registrar seus bens e definir o que será feito deles após sua morte. Somente foi possível conhecer essa história por conta do testamento de Joana, escrito em 1745. Muitas outras mulheres também deixaram testamentos e é por causa dessa documentação (que foi guardada em arquivos, museus ou bibliotecas) que conhecemos essa e outras histórias.



Fonte: <<http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2012/08/portugal-e-era-dos-descobrimentos.html>>.

Joana mandou que escrevessem o seu testamento porque estava muito preocupada com sua morte, que veio a acontecer dois anos depois, em 1747. Ela deve ter sido uma comerciante de muito sucesso, pois, em seu testamento, ela declarou uma verdadeira fortuna expressa em joias, tecidos e escravos.

Em 1745, Joana mudou-se para a região mineira, logo após mandar escrever seu testamento. Tudo indica que sua motivação relacionava-se às atividades econômicas por ela desempenhadas, que envolviam o comércio de tecidos, roupas e outros objetos. Como tropeira, percorria muitas regiões levando suas mercadorias - Minas, Bahia, Rio de Janeiro e Recife.

Em suas viagens, Joana estabelecia contatos importantes com homens das localidades que negociava e, com grande êxito, construiu uma rede comercial alargada. Essa grande mobilidade de Joana, indica que mulheres escravas e libertas tinham mobilidade nas cidades, possibilitando-as realizar atividades e acumularem riqueza para comprar a própria liberdade.

## CONTEXTO

A origem de Joana reflete uma tendência característica do século XVIII no Brasil escravista: a maioria dos escravos, segundo a pesquisadora Júnia Furtado, de fato embarcava dessa região do norte da África Ocidental, a partir do porto de São Jorge da Mina; e daí que se taxava sua procedência, de seu porto de embarque, o que não quer dizer que eles tenham nascido ali ou pertençam aos seus grupos locais. A preferência por escravos dessa região se explica por estarem mais acostumados com o trabalho mineiro, já praticado em sua terra natal.

O autor do livro que contém o relato da história de Joana nos fala que, embora as biografias encontradas sejam curtas, elas indicam cotidianos importantes da história de Minas Gerais, pois estão intimamente relacionadas às dinâmicas socioeconômicas da região, com as redes políticas e culturais e com o trânsito de pessoas que se deslocavam pelo Império Português.

As Minas Gerais do século XVIII constituíram uma das regiões mais dinâmicas e ricas do mundo. Ouro, diamante e pedras preciosas; comércio intenso, conectado com praças e portos do Brasil, da América Espanhola e de outros continentes; agricultura e pecuária importantes; prestação de serviço e completa estrutura administrativa em vilas e arraiais onde se encontrava grande parte da população de livres, libertos e escravos entre as capitânicas do Brasil: esse era o perfil que atraiu gente de todas as partes. Tanto entraram escravos africanos e os já nascidos no Brasil quanto chegaram livres e libertos de outras capitânicas e da Europa. (...) Ao final do século XVIII eram mais de 360 mil habitantes, quase metade composta de escravos e a outra por nascidos livres e por ex-escravos. (PAIVA, 2012, pág.14)

**Bibliografia:** FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes: O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; PAIVA, Eduardo França. *Mulheres de Diversas “Qualidades” e seus Testamentos na Colonial, Escravista e Mestiça Capitania das Minas Gerais*. Mulheres negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação. FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio e XAVIER, Giovana (orgs.). São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

## HISTÓRIA DE FELISBERTA

(Felisberta – Rio Grande do Sul)

Quem conta essa história é o historiador Rodrigo de Azevedo Weimer, que entrevistou a neta de Felisberta, Dona Diva Inácia Marques Terra, no ano de 2010. Felisberta era uma mulher negra, nascida no Rio Grande do Sul, em fins dos anos 1850, mas não se sabe qual ano ao certo.

Felisberta viveu um tempo de sua vida na condição de escrava, e, com a morte de sua senhora, recebeu liberdade. Porém, mesmo durante o tempo de cativo, Felisberta foi uma mulher que desenvolveu conhecimentos e viveu algumas situações diferentes da maioria dos escravizados: ela podia comer à mesa dos senhores, se dedicar a aprender afazeres domésticos com a senhora e conversar, fazer tricô, fazer crochê e receber as visitas que chegavam na casa.

Quem conta estas histórias é a neta de Felisberta, a dona Diva. Apesar de não haver documentos escritos sobre o dia a dia de Felisberta, a memória e as histórias contadas na família são importantes formas de se conhecer a história. Dona Diva conta que sua avó era uma “escrava livre”. Isso significava que Felisberta tinha conhecimentos especializados, tinha comunicação com a senhora, a possibilidade de

“apresentar-se” diante de visitas. Porém, mesmo com estes ‘privilégios’, Felisberta não tinha os mesmos direitos que alguém livre. Por exemplo, segundo dona Diva, quando Felisberta conheceu Manoel Inácio, seu companheiro, não puderam se casar porque não tinham direito ao casamento. Além disso, outra neta, Ercília, relatava que quando sua senhora queria castigá-la, pegava a agulha e a machucava nas mãos. A agulha, ao mesmo tempo em que simbolizava alguma liberdade, porque Felisberta aprendeu a dominar técnicas de crochê e tricô, era um instrumento também de castigo.

Bibliografia: WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta*. Tese na Universidade Federal Fluminense, 2013.

Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1468.pdf>>.

## HISTÓRIA DE DONA FULÔ

(Florinda Anna do Nascimento ou Dona Fulô – Bahia)

O ano era 1851. Florinda Anna do Nascimento ou Dona Fulô se levantou com o canto do galo. Colocou seus panos, preparou o café do escravizador Joaquim Inácio Ribeiro dos Santos e da sua esposa Ana Maria do Nascimento. Quando estava com o bolo de fubá no fogão a lenha, ouviu os gritos da senhora. Saiu da cozinha e foi ao quarto. Joaquim Inácio Ribeiro dos Santos estava agitado na porta. Ele gritou ao vê-la:

- Depressa Fulô! Faça alguma coisa! O bebê!

Dona Fulô saiu para a cozinha. Colocou água para ferver. Pegou toalhas. Pegou a faca. Seria mais um parto realizado por ela. Uma hora depois, a fazenda Bom Sucesso, localizada na cidade de Cruz das Almas, recebia o filho dos senhores. O bebê veio a ser chamado de Ribeiro dos Santos, ou Ribeirinho, como ficou mais conhecido.

Com o bebê, o dia-a-dia de Dona Fulô ganhou mais uma tarefa. Entre o fogão à lenha, os gritos dos escravizadores, as surras quando o café não estava “bom” e a hora de alimentar os bichos, Dona Fulô precisava cuidar de Ribeirinho, o xodó da casa grande.

Por vezes, Dona Fulô saía e se encontrava com outras mulheres, algumas escravizadas como ela, outras que, com muitíssimo custo, já haviam comprado sua liberdade. Mulheres que encontrava também quando estava cumprindo seus afazeres - indo ao centro da cidade comprar alguma coisa que na fazenda não havia, vender algo que foi feito por ela ou pela senhora da fazenda. Nessas ocasiões, vestia-se com saias e blusas simples e usava o turbante. Em dias especiais, a roupa era bem cuidada, parecida também com a de suas amigas. Uma saia de renda, às vezes azul, às vezes preta. Uma blusa bordada, que era sempre branca. Seu turbante amarrado com todo o cuidado. Algumas pulseiras e um ou dois colares. E, para finalizar, não podia faltar o pano-da-costa, feito de tiras de tecidos diferentes e delicadamente costurados. O pano-da-costa podia estar sobre o ombro, bem bonito, cruzando seu corpo. Poderia estar amarrado sobre seu peito. Poderia ser levado no braço. Isso dependia do motivo da reunião e do que ela e suas amigas iriam fazer. Em alguns dias, junto às suas irmãs de coração, fazia suas orações aos deuses e deusas que as acompanharam da África até o Brasil.

Quando o filho da família cresceu, Dona Fulô se tornou o que os senhores chamavam de “preta velha e sem valor”, e, nessa época, ela fugiu! Com ela foi o pano-da-costa que mais gostava. Passou, então, a vestir-se com o pano colorido, costurado com as lembranças do lugar da África onde viveram seus antepassados.

Tempos depois foi capturada. Como os senhores antigos cansaram de sua “rebeldia”, depois de uma surra eles obrigaram Dona Fulô a trabalhar na casa de outros parentes. Eram a sinhá Isaura Ribeiro dos Santos Diniz e o sinhô Otaviano Diniz Borges. Lá ela ficou. Mas, ela não se conformou. Fugiu, vestiu-se com os panos-da-Costa, apanhou, vestiu-se novamente com o pano, fugiu de novo, foi capturada, mas resistiu e sobreviveu.

Em 1888, com o fim da escravidão, tornou-se finalmente livre. E, em liberdade, sua vida prosseguiu até 11 de maio de 1931, quando faleceu.

As roupas de Dona Fulô foram bem guardadas por ela durante anos, e de tão bem cuidadas fazem parte, hoje em dia, do acervo do *Museu do Traje e do Têxtil*, do Instituto Feminino da Bahia ([http://www.institutofeminino.org.br/museu\\_do\\_traje\\_e\\_do\\_textil/](http://www.institutofeminino.org.br/museu_do_traje_e_do_textil/)).

Bibliografia: MONTEIRO, Juliana ; FERREIRA, Luzia Gomes; e FREITAS, Joseania Miranda. *As roupas de crioula no século XIX, e o traje de beca na contemporaneidade: uma análise museológica*. Cadernos do CEOM - Ano 19, n. 24 - Cultura Material.

## História de Delindra

(Delindra Maria de Pinho – Recife/PE)

A história que vamos contar se desenrola entre os anos de 1822 e 1827 na cidade de Recife. Tudo começou quando Delindra Maria de Pinho, uma preta forra vendeira, estava a caminho de um batizado para o qual fora convidada e contratou os serviços de um condutor, que se chamava Manoel Felix. A ele confiou um balaio com objetos pessoais e mercadorias. No meio do trajeto, Manoel realizou uma parada próxima ao Mosteiro de São Bento, em Olinda, e dormiu. Enquanto dormia, o cavalo e os objetos foram furtados.

Três dias depois, um bilhete afixado na localidade de Varadouro, informava que um cavalo foi encontrado e que o seu dono poderia busca-lo no sítio de Belchior José dos Reis. Delindra e Manoel foram até o sítio e lá estavam o cavalo e o balaio. Porém, o balaio estava aberto, sem a fechadura e com apenas um par de chinelos.

Antes do incidente, no balaio havia corais, panos, joias e um valor em espécie. Tudo totalizava 232\$340 réis, conquistado ao longo dos anos de trabalho de Delindra. Ao todo eram 19 objetos que foram descritos no processo que ela moveu.

Nesse processo, ela acusou Belchior de ter pegado seus pertences. Delindra articulou e conseguiu diversas testemunhas a seu favor: mulheres forras, um carroceiro, um pardo, um alfaiate e um mascate crioulos. As testemunhas de Belchior eram de um grupo de “profissão mais estável” e por isso considerados de “maior confiabilidade”: brancos, um que vivia de negócios e outro que conduzia a própria embarcação.

Durante o processo, aparentemente, tudo estava contribuindo para a causa de Delindra: as testemunhas falavam que sua conduta era inquestionável e que sempre foi uma boa mulher. Algumas das testemunhas afirmaram ter visto a esposa do acusado utilizando as peças da preta de honra. Em desfavor de Belchior surgiam ainda mais condenações sobre sua falta de caráter e conduta duvidosa. Mesmo com muitas provas decisivas o preconceito e a sociedade de favores influenciaram o resultado do processo, as provas não foram levadas em consideração.

A sentença final foi publicada em 30 de outubro de 1827 e Delindra não venceu essa batalha, que durou 5 anos. Não venceu o processo, não retomou seus pertences, perdeu seus corais que traziam história, memória, ancestralidade e riqueza. Mas lutou por seus direitos e enfrentou as desigualdades de seu tempo.

Bibliografia: SILVA, Maciel Henrique. *Delindra Maria de Pinho: uma preta forra de honra no Recife da primeira metade do séc. XIX*. *Afro-Ásia* (32), 2005, p. 219 – 240. Acesso: <http://www.redalyc.org/pdf/770/77003208.pdf>



**Atividade – Leitura de Documento:** Esse material é parte de documentos históricos conservados no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Foram selecionados trechos de um mesmo documento para ser lido e dele coletado informações para você escrever uma história de uma das mulheres que viveu na época em que o documento foi feito. Para isso:

1. Identifique o ano e o local que trata o documento.
2. Do que trata o documento?
3. A partir das legendas, escreva uma pequena biografia da história de uma das pessoas mencionadas. Por exemplo: a) No Mapa dos Habitantes..., da cidade de ..., conta que Angela Domingas vivia.... No ano de ..... Era uma mulher de ... anos de idade, ....., e declarou que tirava seu sustento do trabalho de ..... Como ela, outras mulheres como..... também viviam.....; ou b) Angela vivia.....; ou c).....

**Legenda:**

Mapa de Habitantes – hoje é conhecido como censo populacional

1ª. Companhia de Ordenanças – O governo português organizava a população da colônia em companhias de soldados para defesa do território. E elas eram organizadas por espaços (tipo bairros das cidades).

Paróquia – A Igreja Católica era aliada do Estado português e era responsável por registrar os nascimentos, batizados, casamentos e mortes nas igrejas (paróquias).

Assim, os espaços e as pessoas eram divididos em paróquias naquela época.

Fogos – está escrito na parte de cima e do lado esquerdo do documento.

Um fogo era uma residência. Assim, os números do lado esquerdo da tabela são os números de contagem de quantas residências existiam na cidade.

Naturalidade – onde nasceu.

Estado – Casado, Solteiro ou Viúvo.

Cores – Branco, Pardo ou Negro.

Figueira abaixo de S.

Bento – rua que ficava na ladeira ao lado do Colégio São Bento. Antiga Rua da Figueira, hoje Rua Florêncio de Abreu.

02

**Título do documento**

*Mapa dos Habitantes da 1ª Companhia das Ordenanças, que existem na Paróquia desta Cidade de São Paulo, seus Nomes, Empregos, Naturalidades, Idades, Estados, Cores, Ocupações e Casualidades que acontecerão no anno proximo passado de 1817.*

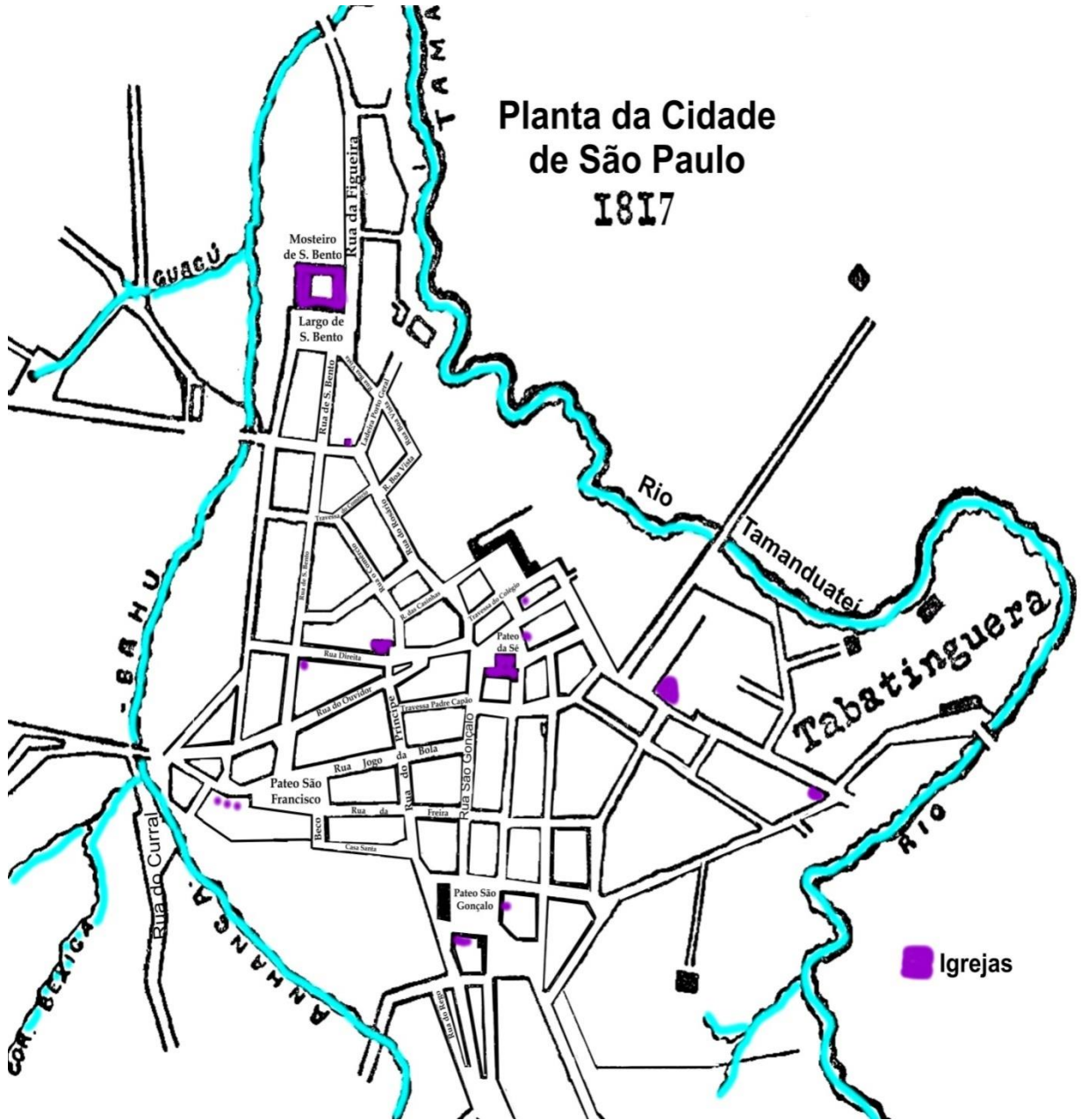
**Idade, Estado, Cores**

**Nomes, Empregos e Naturalidades**

**Ocupações e Casualidades**

	Nomes, Empregos, e Naturalidades	Idades	Estados	Cores	Ocupações e Casualidades
	<i>Figueira abaixo de S. Bento.</i>				Local da cidade – antiga Rua da Figueira, hoje Rua Florêncio de Abreu. Ver planta da cidade...
6	Victorino Luis n.º de Barnagoai...	56	C	B	Soldado Reformado.
	Ignacia Maria m.ª	58	C	B	
7	Angela Domingas n.º desta...	63	V	P	Lavadeira
	Filhos				Lavadeira
	Rorinda	23	J	P	
	João - Medicoano	17	J	P	
8	Gertrudes Maria n.º desta...	41	V	B	Rendeira
	Francisca filha	23	J	B	Rendeira
9	Maria Joaquina n.º desta...	24	J	N	Lavadeira
10	Jodj de Moraes n.º desta	33	C	P	Vive do seu trabalho
	Maria Joaquina m.ª n.º desta	31	C	P	
18	Potencia Roiz n.º desta	67	V	N	Costureiras
	Filhos				Costureiras
	Maria	31	J	N	
	Joaquim	9	"	N	
	Jose Bento - Orden. ca	26	J	N	
	Jose de Sta. Anna - Orden. ca	27	J	P	
19	Maria Magdalena n.º desta	29	J	P	Fiadeira
	Filhos				Fiadeira
	Benedita	10	"	P	
	Joaquina	8	"	P	
20	Angelica e Maria n.º desta	35	J	P	Lavadeira
	Filhos				
	Caetano	11	"	P	
	Benedito	6	"	P	
	Anna exposta	13	"	P	

# Planta da Cidade de São Paulo 1817



Texto produzido pelo aluno Mario Eduardo Pontes – EMEF Emílio Ribas – 7º. Ano

Mario Eduardo Pontes nº24

11/05/16

D S T Q W E S S

Angelo Fernandes

Angelo era um lavadeiro, morava em São Paulo que tinha 3 filhos, Florindo, Assisiana e João. Angelo tinha 61 anos, e Florindo tinha 21 anos e João e Assisiana tinham 17 anos.

A mãe de Angelo era Pardal e os dois filhos também.

O nome de Angelo era, Angelo Fernandes e era bem parecido que os filhos também era Fernandes e seus filhos eram pardal.

Angelo e seu filho moravam no Antigo rua do Figueiro, que hoje é Rua Florencial de Abreu

Texto produzido pelo aluno Gustavo do Carmo – EMEF Emílio Ribas – 7º. Ano

16/05/2016

Justina era o nome do neto

Angelo Domingues

Angelo Domingues era um lavadeiro, morava em São Paulo, ele tinha 61 anos, e morava no rua Florêncio de Abreu.

Ele era viúvo e tinha três filhos, chama-se Florindo e João e Florindo tinha 21 anos e o João tinha 17 anos, moravam.

A mãe era neteira.

Angelo Domingues lavava roupa no rio Tamanduaí porque o rio era mais limpo e lá tinham mais lavadeira.